

EXCLUSIVO: Três perguntas sobre Compras Públicas Sustentáveis

Mônica Pinto / AmbienteBrasil

Estados, Municípios e a Federação são importantes agentes de fomento ao comércio e ao segmento de prestação de serviços. Mas essas injeções na economia nem sempre se procedem sob um prisma ambientalmente correto.

Para debater essa questão, acontece amanhã, em São Paulo, o *Seminário Nacional de Compras Públicas Sustentáveis - Uso do Poder de Compra do Governo para a Promoção do Desenvolvimento Sustentável*.

O evento, realizado em parceria entre o Centro de Estudos em Sustentabilidade – Gvces - da FGV-EAESP (Escola de Administração de Empresas de São Paulo) e o ICLEI – LACS (Governos Locais pela Sustentabilidade, Secretariado para América Latina e Caribe), reunirá autoridades públicas e especialistas que atuam no tema da Licitação Sustentável. E vai dar visibilidade a boas práticas hoje vigentes no país.

Será lançado ainda o *Guia de compras públicas sustentáveis - uso do poder de compra do governo para a promoção do desenvolvimento sustentável*, instrumento que busca apoiar e estimular as autoridades públicas no Brasil para que promovam decisões responsáveis em respeito aos direitos sócio-ambientais.

O Guia vai ser distribuído gratuitamente ao público. Disponibiliza dados e informações que emprestam um novo sentido às compras governamentais, demonstrando que a licitação pode se transformar em uma ferramenta importante e eficiente de promoção do desenvolvimento sustentável e do desenvolvimento local. O Guia pretende servir de apoio a iniciativas de capacitação de gestores públicos e de adoção de políticas públicas, bem como estimular o debate a respeito da sustentabilidade do sistema produtivo e das práticas de consumo de entidades públicas e privadas.

AmbienteBrasil conversou com a professora Rachel Biderman Furriela, coordenadora dos Programas de Mudanças Climáticas e Consumo Sustentável do Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV/EAESP e organizadora do Seminário Nacional.

AmbienteBrasil - Em que nível as compras públicas têm impacto sobre o desenvolvimento sustentável?

Rachel Biderman - O Estado é um importante agente econômico. Usando seu poder de compra, pode ajudar a construir um modelo mais sustentável de desenvolvimento, na medida em que pode estimular mercados de negócios sustentáveis, que levem em conta a proteção do meio ambiente, os direitos dos trabalhadores, direitos humanos, dentre outros direitos sociais. O Estado tem que dar o exemplo também, pois usa dinheiro público para realizar suas compras e contratações.

Portanto, ao utilizar dinheiro público, dos contribuintes, deve fazê-lo não só de forma a respeitar a legislação em vigor, mas também, para estimular boas práticas na sociedade. Dados da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) apontam que, em países desenvolvidos, cerca de 10% do PIB é gasto anualmente em compras e contratações públicas. Em países em desenvolvimento, essa média é de 30% do PIB. Portanto, a influência do Estado como agente econômico, principalmente em países em desenvolvimento é enorme, e pode impactar positivamente a economia, gerando renda para populações mais necessitadas e estimulando negócios responsáveis sob o ponto de vista socioambiental.

AmbienteBrasil - Como essa relação ocorre na prática?

Rachel Biderman - Na prática, uma autoridade pública, ao lançar um edital de compras de bens ou contratações de serviços, pode especificar como critério da compra regras sobre proteção ambiental ou direitos sociais. Por exemplo, ao comprar papel, a autoridade pode especificar, no edital, que deseja comprar papel não-clorado (cuja fabricação é feita sem poluição dos rios com despejo de poluentes clorados). Ou pode comprar papel reciclado, que é fabricado mediante reaproveitamento de papel já utilizado anteriormente, evitando corte adicional de árvores.

Vários exemplos já existem no país de governos que usam seu poder de compra de forma responsável. Vamos comentar vários desses casos no evento do dia 27, e também estão compilados no guia que será lançado na mesma data.

AmbienteBrasil - Que medidas os poderes públicos poderiam tomar, de imediato, nessa direção abordada pelo seminário?

Rachel Biderman - É preciso a aprovação de políticas públicas. O ideal é que sejam construídas coletivamente, com a participação de todos os atores relevantes. Essas políticas e normas proporcionam a base em cima da qual os compradores públicos podem atuar de forma segura, juridicamente.

Além disso, devem começar a fazer compras responsáveis, lançando editais para compras de produtos mais sustentáveis, tais como: merenda ecológica, mobiliário proveniente de manejo florestal sustentável com cadeia de custódia legalizada, material de escritório sustentável, carros movidos a combustíveis menos poluentes, equipamento de computação e eletrônico eficiente sob o ponto de vista energético, lâmpadas menos poluentes e mais eficientes; construindo habitação popular com material de construção sustentável, dentre outras inúmeras possibilidades.